



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

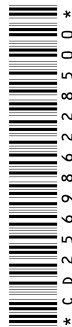
REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre a redução da validade das Guias de Tráfego Especial (GTE) destinadas ao treinamento dos Atiradores Desportivos e Caçadores, estabelecida pela Instrução Normativa DG/PF nº 311/2025, em desacordo com a Portaria nº 166/2023 do Comando Logístico do Exército (COLOG).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para a prestar esclarecimentos perante esta Comissão sobre a redução da validade das Guias de Tráfego Especial (GTE) destinadas ao treinamento dos CACs, estabelecida pela Instrução Normativa DG/PF nº 311/2025, contrariando a Portaria nº 166/2023 do Comando Logístico do Exército (COLOG).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Convocação fundamenta-se na urgente necessidade de esclarecimentos por parte do Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca da recente redução unilateral da validade atribuída às Guias de Tráfego Especial (GTE) destinadas ao treinamento dos Atiradores Desportivos e Caçadores Excepcionais, bem como outros pontos controversos da Instrução Normativa DG/PF nº 311 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Tal redução, estabelecida pela Instrução Normativa DG/PF nº 311, publicada em 27 de julho de 2025, diminui o prazo originalmente estabelecido em um ano pela Portaria nº 166 de 22 de dezembro de 2023 do Comando Logístico do Exército (COLOG) para apenas seis meses, gerando significativas controvérsias jurídicas e operacionais.

É imprescindível salientar que a Portaria nº 166/2023, emitida pelo COLOG, estabelece em termos inequívocos que as Guias de Tráfego Especial para treinamento possuem validade anual. Essa determinação, amplamente discutida e embasada em critérios técnicos e administrativos claros, visa garantir estabilidade regulatória e segurança jurídica aos milhares de cidadãos brasileiros devidamente registrados como CACs, permitindo-lhes o adequado planejamento de suas atividades desportivas e o pleno exercício de seus direitos.

Ao estabelecer arbitrariamente a redução desse prazo pela Instrução Normativa nº 311, a Direção-Geral da Polícia Federal não apenas promoveu uma alteração normativa abrupta, mas avançou diretamente sobre competência regulatória expressamente atribuída pela Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) ao Comando do Exército Brasileiro. Tal conduta configura grave extrapolação do poder regulamentar atribuído ao Poder Executivo, gerando sérias consequências práticas e jurídicas para os CACs.

É necessário destacar ainda que a redução do prazo das guias compromete diretamente o planejamento pessoal, financeiro e logístico de todos os envolvidos nas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

atividades desportivas e de treinamento com armas de fogo. Em especial, afeta negativamente atletas de tiro, clubes, entidades de treinamento, além dos cidadãos que utilizam essas guias regularmente em conformidade com a legislação. A insegurança gerada por essa alteração não apenas atrapalha o exercício legal das atividades, mas também acarreta inevitáveis prejuízos econômicos ao setor.

Ademais, essa mudança normativa sem fundamento técnico adequado e sem consulta pública prévia vai de encontro ao princípio constitucional da segurança jurídica, que pressupõe previsibilidade e estabilidade regulatória. O Estado Democrático de Direito exige que alterações normativas dessa magnitude sejam feitas com ampla publicidade, discussão prévia e embasamento técnico sólido, garantindo aos cidadãos tempo hábil para adaptação e cumprimento da legislação.

Considerando a gravidade institucional da situação, torna-se imprescindível que o Ministro da Justiça e Segurança Pública compareça pessoalmente à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos formais sobre os fundamentos técnicos, jurídicos e administrativos dessa decisão, bem como sobre os critérios adotados para estabelecer a redução do prazo das Guias de Tráfego Especial.

É dever do Parlamento Brasileiro garantir que o exercício do poder regulamentar seja feito estritamente dentro dos limites legais estabelecidos. Assim, cumpre à Comissão desempenhar plenamente sua função constitucional de fiscalização, esclarecendo imediatamente os impactos práticos dessa medida e restaurando a segurança jurídica e a confiança institucional necessária para o adequado funcionamento das atividades relacionadas aos CACs.

Diante do exposto, conclamo os nobres parlamentares desta Comissão a apoiarem o presente requerimento, dada a necessidade urgente de esclarecimentos, correção de eventual ilegalidade e defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros afetados por essa medida regulatória.

Sala das comissões, em 01 de julho de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 07/07/2025 09:51:10.367 - CSPCCO

REQ n.218/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256986228500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

